

Acervo
ISA

DOCUMENTO	Documentação
157	
UOIOMABEENNA	
onte	CB
Jaia	19/10/96 pg 17
Class.	57

Privatizar a Vale: Como?

Paulo Augusto Vriacqua

Sob a inspiração, o impulso, e a administração do Estado Brasileiro, a Cia. Vale do Rio Doce se converteu, gradual e progressivamente, em um poderoso participante da economia do país.

Uma empresa que se distingue pela racionalidade de suas operações, pelo lucro que produz, por seu caráter dinâmico, competitivo, e que no espaço de meio século se transformou em uma das maiores do setor, detendo atualmente cerca de um quarto do mercado mundial de minério de ferro.

Tornou-se uma líder, no cada vez mais estratégico campo dos insuínos básicos. Detentora de gigantesco patrimônio composto por reservas minerais imensas, vastos mercados, ferrovias, frotas, minas, florestas, fábricas, portos. Sua história desperta admiração e comanda respeito, internacionalmente.

Construída sem favores maiores, disputando duramente espaços, insíprida na missão da valorização de nossos minérios, converteu-se em um contaponto brilhante às explorações minerais, tradicionalmente realizada nos países pobres, e que vêm resultando na monótona seqüência de esgotamento de reservas, devastação ambiental e pobreza remanescente.

Constituiu-se em um verdadeiro mecanismo conversor de minérios, bens esgotáveis, em riquezas perenes, porque realiza e mantém no Brasil os seus lucros, reinvestindo-os aqui, em um processo de contínua expansão de nossa indústria e infraestrutura pesada.

Nesse sentido, o Projeto Carajás se destaca como um magnífico exemplo. Considerado o empreendimento mineral do século, Carajás, com suas seculares reservas de minério

de ferro de alto teor, acompanhadas de importantes jazidas de cobre, níquel, manganês, bauxita e ouro, localizadas em região de riquíssimo potencial hidrelétrico, promete ao país um poderoso surto de progresso, em vasta escala, adentrando-se pelo próximo século.

Foram implantados portos, cidades, novecentos quilômetros de ferrovias, em um esforço pioneiro e titânico, que constituem a espinha dorsal e determinam claramente o futuro da Amazônia Oriental.

A região tornou-se candidata irreprimível a sediar o principal pólo minero-energético-metalúrgico do mundo no próximo século. Essa previsão se fundamenta no acelerado crescimento da população do planeta, que promete passar dos atuais seis para mais de oito bilhões, nas próximas três décadas.

Por essa razão determinante, minerais, energia, florestas, terras e matérias-primas em geral serão demandados e valorizados, em escala vigorosamente crescente, como profetiza o insuspeito Paul Krugmann, em artigo recente.

Para que esse futuro se cumpra e para que os seus benefícios sejam internalizados no país, é, porém, crucial que a CVRD se mantenha fiel aos sonhos, aos princípios estratégicos e aos rumos que lhe foram impressos por três gerações de estadistas, técnicos e trabalhadores numa trajetória de dedicação aos interesses do Brasil.

Esses rumos seguros, tranquilos, bem definidos, em franco desenvolvimento, acham-se porém atualmente ameaçados. O governo decidiu privatizar a empresa, e os benefícios e as justificativas até agora apresentadas soam frágeis e estribados em argumentos de caráter tático e

transitório. São promettidas salvaguardas para aqueles rumos, é certo, porém se apresentam utópicas e infelizes.

A falta de explicações mais sólidas, fica-se com a impressão de que se está atendendo a uma demonstração de boa vontade, exigida pelo veloz processo de globalização ditado ao mundo pelas economias dominantes ou talvez por momentâneas necessidades de caixa.

Como se comportará a futura CVRD? Corajosa em seus investimentos, aceitando como hoje o denominado "risco Brasil"? Comprovementida com a conversão de bens minerais efêmeros em projetos de interiorização, nas vastidões do Brasil? Empenhada na valorização dos cursos minerais do país, para o país?

A resposta se inclina para a negativa. A empresa privada, em estado puro, dirgida apenas pelas leis de mercado, não possui outra alternativa além de perseguir a maximização de seus lucros, minimizando seus riscos, no interesse de seus acionistas.

O próprio Carajás é a prova cristalina dessa afirmativa. Nesse projeto, a CVRD contava originalmente com um poderoso sócio, a United States Steel. Diante da necessidade da construção de 900km de ferrovias na Amazônia, que seriam, obviamente, utilizadas também para outros fins, além do transporte do minério, a USS desistiu do projeto. Preferiu evitar os riscos envolvidos, e as baixas taxas de remuneração previstas. Vendeu sua participação à CVRD, que o implantou sozinha, com sucesso.

A CVRD, vem conseguindo, de forma equilibrada, manter um inteligente compromisso entre geração de lucros e realização de investimento, de risco, de longo prazo, em infra-

estrutura básica. Comportando-se como uma espécie de agência de desenvolvimento auto-sustentada, alimentada por suas ricas reservas minerais, com um dos olhos sempre focado no bem público, como convivem em uma empresa estatal de boa conduta.

Será prudente a suposição de que esses rumos serão mantidos após sua privatização? Em nome de que extraordinários benefícios abandonaremos o seguro para apostar no duvidoso? E por que fazê-lo neste momento, justamente agora, vencido o desafio de Carajás, ultrapassada a sua fase de riscos, que assustou a própria USS. Sinceramente, a história da mineração, a tradição, os exemplos não nos autorizam a expectativas otimistas, ou a pagar pela ver.

Porém não se faz aqui a defesa intransigente da permanência do Estado na empresa, mas, sim, a da manutenção da integridade da CVRD, de sua estratégia básica, do seu caráter desenvolvimentista, na aceção macroeconômica e nacionalista do termo.

Para o país, reconhece-se, poderia ser benéfica a privatização, em relação a algumas questões. Para dentro ou para fora do Brasil. Se fosse possível garantir, e garantir de forma absoluta, que a futura CVRD continuará a agir segundo a filosofia e estratégias atuais.

Cabe ao governo fornecer à nação a prova irrefutável de que assim será. Ou estará, com todas as boas intenções e magníficas realizações que lhe crediamos todos nós, cometendo um erro terrível que repercutirá pelo resto de nossa história.

■ Paulo Augusto Vriacqua foi diretor do Projeto Carajás